



CÓD: OP-001DZ-22
7908403530427

TELÊMACO BORBA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA DO ESTADO
DO PARANÁ - PR

Guarda Municipal (Feminino e Masculino)

CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2022

Língua Portuguesa

1. interpretação de texto	5
2. coesão e coerência textual	14
3. Fonologia: divisão silábica	14
4. Ortografia	15
5. escrita correta das palavras na norma culta; regras do Novo Acordo Ortográfico	15
6. acentuação gráfica	17
7. uso de crase	18
8. acentos diferenciais	18
9. pontuação gráfica	19
10. Morfologia: Formação das palavras quanto a gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo); classificação das palavras (verbo, substantivo, adjetivo, advérbio e artigo); flexão verbal e nominal.....	20
11. Sintaxe: identificação e classificação das funções sintáticas (sujeito, predicado, objetos (direto e indireto), adjuntos adnominais e adverbiais)	27
12. Semântica: significado das palavras de acordo com o contexto; figuras de linguagem.	29

Matemática

1. Equações 1º e 2º grau	41
2. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Intervalos numéricos; Operações entre conjuntos	43
3. Função: afim, modular, quadrática, exponenciais, logarítmica e trigonométricas; Classificação de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; crescente e decrescente; Gráficos de funções	52
4. Triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras	63
5. Sistemas de equações do 1º grau	63
6. Trigonometria: circunferência trigonométrica; arcos e ângulos; seno, cosseno e tangente	63
7. Cálculos algébricos: monômios, polinômios e produtos notáveis	69
8. Estatística – medidas de dispersão: média, moda e mediana; Potenciação e radiciação	74
9. Sequências; Progressão aritmética e progressão geométrica	78
10. Matrizes: adição, subtração, multiplicação e matriz oposta	81
11. Cálculo de área: medidas de superfícies; Cálculo de volume: prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera; Comprimento da circunferência; Área do círculo	91
12. Probabilidade: certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento	101
13. Grandezas direta e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta	103
14. Porcentagem	104
15. Juros simples e compostos	105
16. Resolução de problemas	107

Informática

1. Conceitos de informática, hardware (local de armazenamento: HDs, CDs, DVDs, Disco Removíveis como Pendrives e HDs Externos) e software (compactador de arquivos (extensão RAR e ZIP) 109
2. Ambientes Operacionais: Windows 10 Pro 109
3. Processador de texto (Word 2016); Planilhas eletrônicas (Excel 2016) 111
4. Conceitos de tecnologias relacionadas a Internet, (Navegador Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox), Webmail (Zimbra), busca e pesquisa na Web 113

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do município de Telêmaco Borba e do Estado do Paraná 123
2. Atualidades. Cenários políticos. Movimentos sociais. Trabalho, Previdência e outras questões sociais. Ciência, Tecnologia e Inovação. Meio ambiente, Sustentabilidade e Aquecimento global. Desastres naturais e humanos. Arte e cultura. Sociedade e comportamento. Guerras, conflitos e terrorismo 139

Conhecimentos Específicos Guarda Municipal (Feminino e Masculino)

1. Conhecimento e procedimentos de proteção do patrimônio público, serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, estética e moralidade 141
 2. Noções de direito penal (crime consumado e crime tentado, penas privativas de liberdade, legítima defesa, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, crimes contra a administração pública) 144
 3. Lei Maria da Penha 167
 4. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad 173
 5. Desarmamento 185
 6. Estatuto Geral das Guardas Municipais 190
-

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail

- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:
A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

*Alex José Periscinoto.
In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2*

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapitada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

MATEMÁTICA

EQUAÇÕES 1º E 2º GRAU

Equação é toda sentença matemática aberta que exprime uma relação de igualdade e uma incógnita ou variável (x, y, z, \dots).

Equação do 1º grau

As equações do primeiro grau são aquelas que podem ser representadas sob a forma $ax + b = 0$, em que a e b são constantes reais, com a diferente de 0, e x é a variável. A resolução desse tipo de equação é fundamentada nas propriedades da igualdade descritas a seguir.

Adicionando um mesmo número a ambos os membros de uma equação, ou subtraindo um mesmo número de ambos os membros, a igualdade se mantém.

Dividindo ou multiplicando ambos os membros de uma equação por um mesmo número não-nulo, a igualdade se mantém.

• Membros de uma equação

Numa equação a expressão situada à esquerda da igualdade é chamada de 1º membro da equação, e a expressão situada à direita da igualdade, de 2º membro da equação.

$$\begin{array}{ccc} - 3x + 12 & = & 2x - 9 \\ \text{1º membro} & & \text{2º membro} \end{array}$$

• Resolução de uma equação

Colocamos no primeiro membro os termos que apresentam variável, e no segundo membro os termos que não apresentam variável. Os termos que mudam de membro têm os sinais trocados.

$$\begin{aligned} 5x - 8 &= 12 + x \\ 5x - x &= 12 + 8 \\ 4x &= 20 \\ x &= 20/4 \\ x &= 5 \end{aligned}$$

Ao substituirmos o valor encontrado de x na equação obtemos o seguinte:

$$\begin{aligned} 5x - 8 &= 12 + x \\ 5 \cdot 5 - 8 &= 12 + 5 \\ 25 - 8 &= 17 \\ 17 &= 17 \text{ (V)} \end{aligned}$$

Quando se passa de um membro para o outro se usa a operação inversa, ou seja, o que está multiplicando passa dividindo e o que está dividindo passa multiplicando. O que está adicionando passa subtraindo e o que está subtraindo passa adicionando.

Exemplo:

(PRODAM/AM – AUXILIAR DE MOTORISTA – FUNCAB) Um grupo formado por 16 motoristas organizou um churrasco para suas famílias. Na semana do evento, seis deles desistiram de participar. Para manter o churrasco, cada um dos motoristas restantes pagou R\$ 57,00 a mais.

O valor total pago por eles, pelo churrasco, foi:

- (A) R\$ 570,00
- (B) R\$ 980,50
- (C) R\$ 1.350,00
- (D) R\$ 1.480,00
- (E) R\$ 1.520,00

Resolução:

Vamos chamar de (x) o valor para cada motorista. Assim:

$$\begin{aligned} 16 \cdot x &= \text{Total} \\ \text{Total} &= 10 \cdot (x + 57) \text{ (pois 6 desistiram)} \\ \text{Combinando as duas equações, temos:} \\ 16 \cdot x &= 10 \cdot x + 570 \\ 16 \cdot x - 10 \cdot x &= 570 \\ 6 \cdot x &= 570 \\ x &= 570 / 6 \\ x &= 95 \end{aligned}$$

O valor total é: $16 \cdot 95 = \text{R\$ } 1520,00$.

Resposta: E

Equação do 2º grau

As equações do segundo grau são aquelas que podem ser representadas sob a forma $ax^2 + bx + c = 0$, em que a, b e c são constantes reais, com a diferente de 0, e x é a variável.

• Equação completa e incompleta

1) Quando $b \neq 0$ e $c \neq 0$, a equação do 2º grau se diz **completa**.
Ex.: $x^2 - 7x + 11 = 0$ é uma equação completa ($a = 1, b = -7, c = 11$).

2) Quando $b = 0$ ou $c = 0$ ou $b = c = 0$, a equação do 2º grau se diz **incompleta**.

Exs.:

$$\begin{aligned} x^2 - 81 &= 0 \text{ é uma equação incompleta (} b=0 \text{).} \\ x^2 + 6x &= 0 \text{ é uma equação incompleta (} c=0 \text{).} \\ 2x^2 &= 0 \text{ é uma equação incompleta (} b=c=0 \text{).} \end{aligned}$$

• Resolução da equação

1º) A equação é da forma $ax^2 + bx = 0$ (**incompleta**)

$x^2 - 16x = 0$ colocamos x em evidência

$$x \cdot (x - 16) = 0,$$

$$x = 0$$

$$x - 16 = 0$$

$$x = 16$$

Logo, $S = \{0, 16\}$ e os números 0 e 16 são as raízes da equação.

2º) A equação é da forma $ax^2 + c = 0$ (incompleta)
 $x^2 - 49 = 0$ Fatoramos o primeiro membro, que é uma diferença de dois quadrados.

$$(x + 7) \cdot (x - 7) = 0,$$

$$\begin{array}{l} x + 7 = 0 \quad x - 7 = 0 \\ x = -7 \quad x = 7 \end{array}$$

ou

$$\begin{array}{l} x^2 - 49 = 0 \\ x^2 = 49 \\ x^2 = 49 \\ x = 7, \text{ (aplicando a segunda propriedade).} \\ \text{Logo, } S = \{-7, 7\}. \end{array}$$

3º) A equação é da forma $ax^2 + bx + c = 0$ (completa)
 Para resolvê-la usaremos a fórmula de Bháskara.

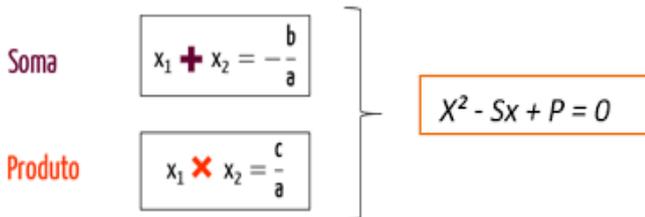
$$ax^2 + bx + c = 0 \Rightarrow x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a} \text{ onde } \Delta = b^2 - 4ac$$

Conforme o valor do discriminante Δ existem três possibilidades quanto à natureza da equação dada.

$$\left\{ \begin{array}{l} \Delta > 0 \rightarrow \text{Existem duas raízes reais e desiguais} \\ \Delta = 0 \rightarrow \text{Existem duas raízes reais e iguais} \\ \Delta < 0 \rightarrow \text{Existem duas raízes complexas da forma } \alpha \pm \beta\sqrt{-1} \end{array} \right.$$

Quando ocorre a última possibilidade é costume dizer-se que não existem raízes reais, pois, de fato, elas não são reais já que não existe, no conjunto dos números reais, \sqrt{a} quando $a < 0$.

• Relações entre raízes e coeficientes



Exemplo:

(CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC) Qual a equação do 2º grau cujas raízes são 1 e 3/2?

- (A) $x^2 - 3x + 4 = 0$
- (B) $-3x^2 - 5x + 1 = 0$
- (C) $3x^2 + 5x + 2 = 0$
- (D) $2x^2 - 5x + 3 = 0$

Resolução:

Como as raízes foram dadas, para saber qual a equação: $x^2 - Sx + P = 0$, usando o método da soma e produto; S= duas raízes somadas resultam no valor numérico de b; e P= duas raízes multiplicadas resultam no valor de c.

$$S = 1 + \frac{3}{2} = \frac{5}{2} = b$$

$$P = 1 \cdot \frac{3}{2} = \frac{3}{2} = c ; \text{ substituindo}$$

$$x^2 - \frac{5}{2}x + \frac{3}{2} = 0$$

$$2x^2 - 5x + 3 = 0$$

Resposta: D

Inequação do 1º grau

Uma inequação do 1º grau na incógnita x é qualquer expressão do 1º grau que pode ser escrita numa das seguintes formas:

- $ax + b > 0$
 - $ax + b < 0$
 - $ax + b \geq 0$
 - $ax + b \leq 0$
- Onde a, b são números reais com $a \neq 0$

• Resolvendo uma inequação de 1º grau

Uma maneira simples de resolver uma equação do 1º grau é isolarmos a incógnita x em um dos membros da igualdade. O método é bem parecido com o das equações. Ex.:

Resolva a inequação $-2x + 7 > 0$.

Solução:
 $-2x > -7$
 Multiplicando por (-1)
 $2x < 7$
 $x < 7/2$
 Portanto a solução da inequação é $x < 7/2$.

Atenção:

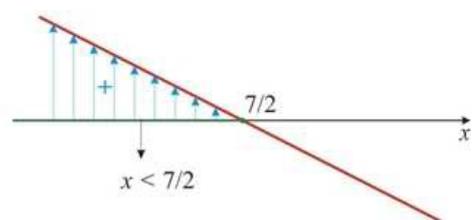
Toda vez que "x" tiver valor negativo, devemos multiplicar por (-1), isso faz com que o símbolo da desigualdade tenha o seu sentido invertido.

Pode-se resolver qualquer inequação do 1º grau por meio do estudo do sinal de uma função do 1º grau, com o seguinte procedimento:

1. Iguale-se a expressão $ax + b$ a zero;
2. Localize-se a raiz no eixo x;
3. Estuda-se o sinal conforme o caso.

Pegando o exemplo anterior temos:

$$\begin{array}{l} -2x + 7 > 0 \\ -2x + 7 = 0 \\ x = 7/2 \end{array}$$



Exemplo:

(SEE/AC – PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS – FUNCAB) Determine os valores de que satisfazem a seguinte inequação:

$$\frac{3x}{2} + 2 \leq \frac{x}{2} - 3$$

- (A) $x > 2$
- (B) $x - 5$
- (C) $x > -5$
- (D) $x < 2$
- (E) $x \geq 2$

Resolução:

$$\frac{3x}{2} + 2 \leq \frac{x}{2} - 3$$

$$\frac{3x}{2} - \frac{x}{2} \leq -3 - 2$$

$$\frac{2x}{2} \leq -5$$

$$x \leq -5$$

Resposta: B

Inequação do 2º grau

Chamamos de inequação da 2º toda desigualdade pode ser representada da seguinte forma:

- $ax^2 + bx + c > 0$
- $ax^2 + bx + c < 0$
- $ax^2 + bx + c \geq 0$
- $ax^2 + bx + c \leq 0$

Onde a, b e c são números reais com $a \neq 0$

Resolução da inequação

Para resolvermos uma inequação do 2º grau, utilizamos o estudo do sinal. As inequações são representadas pelas desigualdades: $>$, \geq , $<$, \leq .

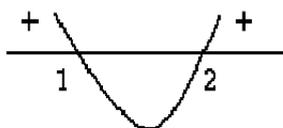
Ex.: $x^2 - 3x + 2 > 0$

Resolução:

$$x^2 - 3x + 2 > 0$$

$$x' = 1, x'' = 2$$

Como desejamos os valores para os quais a função é maior que zero devemos fazer um esboço do gráfico e ver para quais valores de x isso ocorre.



Vemos, que as regiões que tornam positivas a função são: $x < 1$ e $x > 2$. Resposta: $\{x \in \mathbb{R} \mid x < 1 \text{ ou } x > 2\}$

Exemplo:

(VUNESP) O conjunto solução da inequação $9x^2 - 6x + 1 \leq 0$, no universo dos números reais é:

- (A) \emptyset
- (B) \mathbb{R}
- (C) $\left\{\frac{1}{3}\right\}$
- (D) $\left\{x \in \mathbb{R} \mid x \geq \frac{1}{3}\right\}$
- (E) $\left\{x \in \mathbb{R} \mid x \neq \frac{1}{3}\right\}$

Resolução:

Resolvendo por Bháskara:

$$\Delta = b^2 - 4ac$$

$$\Delta = (-6)^2 - 4.9.1$$

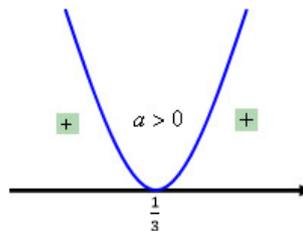
$$\Delta = 36 - 36 = 0$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a}$$

$$x = \frac{-(-6) \pm \sqrt{0}}{2.9}$$

$$x = \frac{6 \pm 0}{18} = \frac{6}{18} = \frac{1}{3} \text{ (delta igual a zero, duas raízes iguais)}$$

Fazendo o gráfico, $a > 0$ parábola voltada para cima:



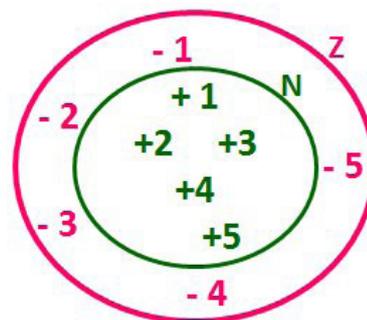
$$S = \left\{\frac{1}{3}\right\}$$

Resposta: C

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS; INTERVALOS NUMÉRICOS; OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOS

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

INFORMÁTICA

CONCEITOS DE INFORMÁTICA, HARDWARE (LOCAL DE ARMAZENAMENTO: HDS, CDS, DVDS, DISCO REMOVÍVEIS COMO PENDRIVES E HDS EXTERNOS) E SOFTWARE (COMPACTADOR DE ARQUIVOS (EXTENSÃO RAR E ZIP))

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, **são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar**. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

• Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimora-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

• Periféricos de entrada mais comuns.

- O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;
- Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;
- O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

• Periféricos de saída populares mais comuns

- Monitores, que mostra dados e informações ao usuário;
- Impressoras, que permite a impressão de dados para material físico;
- Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;
- Fones de ouvido.

Sistema Operacional

O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

AMBIENTES OPERACIONAIS: WINDOWS 10 PRO

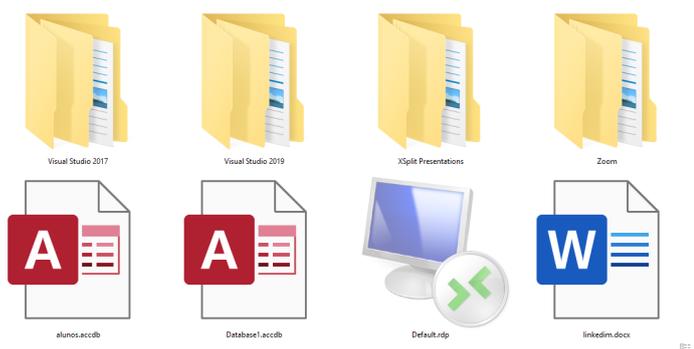
WINDOWS 10

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

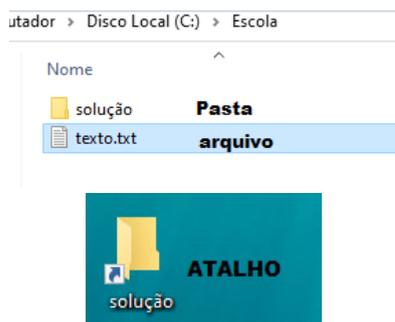


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



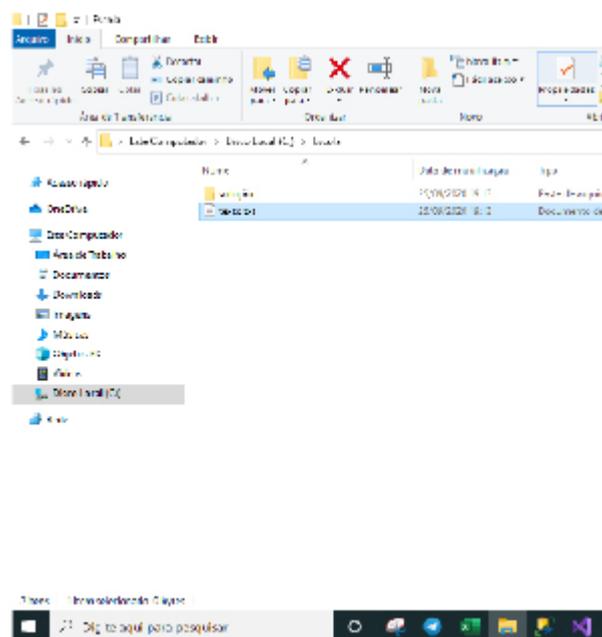
Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

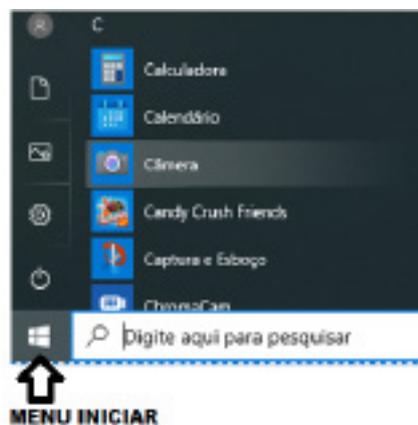
- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



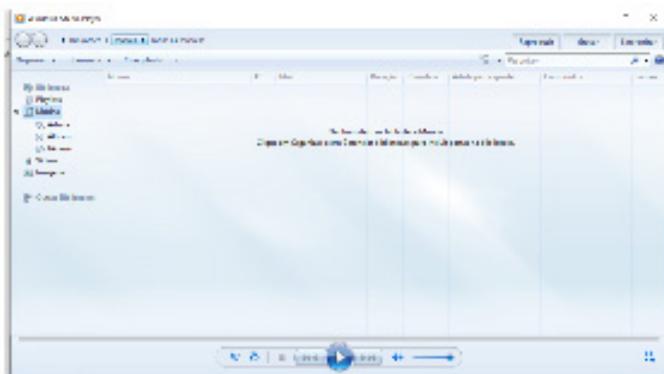
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

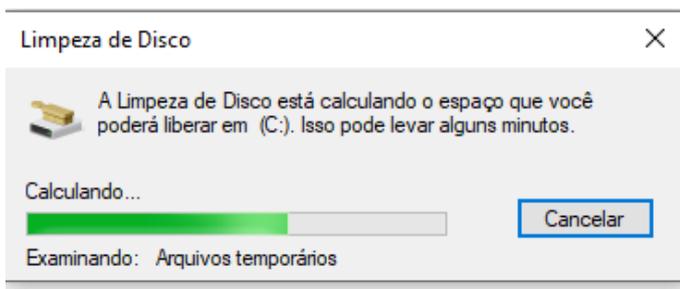
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

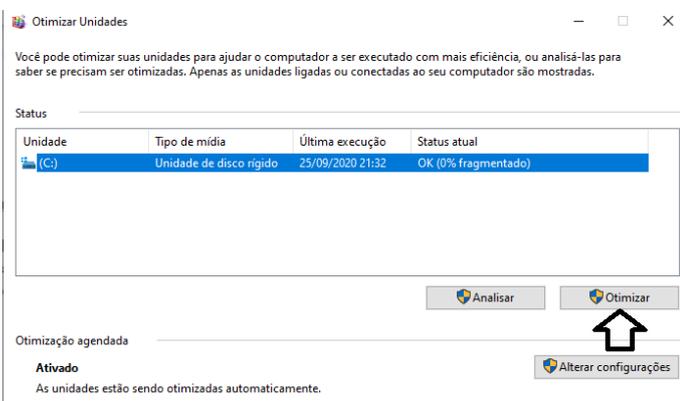


– **Ferramentas do sistema**

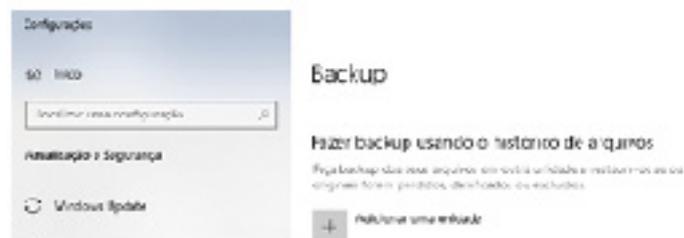
• **A limpeza de disco** é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• **O desfragmentador de disco** é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

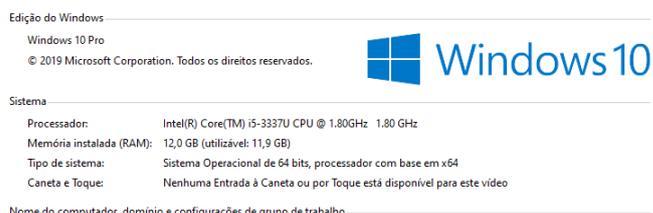


• **O recurso de backup e restauração** do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

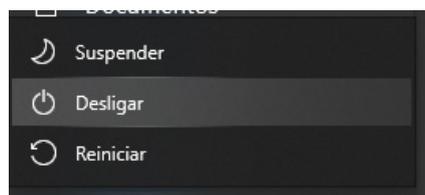


Inicialização e finalização

Exibir informações básicas sobre o computador



Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao  e:



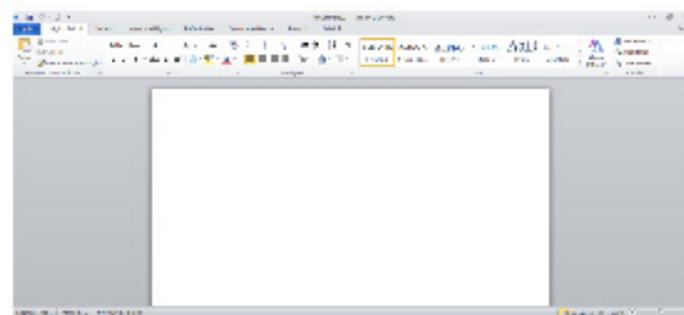
PROCESSADOR DE TEXTO (WORD 2016); PLANILHAS ELETRÔNICAS (EXCEL 2016)

Word

O Word é um editor de textos amplamente utilizado. Com ele podemos redigir cartas, comunicações, livros, apostilas, etc. Vamos então apresentar suas principais funcionalidades.

• **Área de trabalho do Word**

Nesta área podemos digitar nosso texto e formatá-lo de acordo com a necessidade.



CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS, HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA E DO ESTADO DO PARANÁ

Município

A história de uma localidade é formada pelas memórias de todos aqueles que passaram tal território. São as diferentes relações sociais estabelecidas naquele espaço que, no decorrer das gerações, vão conformando as características daquela sociedade, seus saberes e comportamentos. Nesse sentido, quando pensamos sobre a história de Telêmaco Borba, não estamos nos referindo apenas ao trabalhador industrial moderno, que com seu suor ajudou a construir o município tal qual conhecemos, mas a todos aqueles que por nossa região passaram e ajudaram a construir quem hoje somos.

O início do desenvolvimento local é bastante remoto. Existem vestígios arqueológicos em nossa região datados de 9.000 a 2.000 anos. Segundo levantamento realizado para a construção da Usina Hidrelétrica Mauá, situada no rio Tibagi, entre Telêmaco Borba e Ortigueira, foram encontradas aproximadamente 50 mil peças de antigos grupos humanos, como recipientes cerâmicos e pontas de flecha, entre outros. O que mais surpreendeu os pesquisadores foram duas casas subterrâneas, que serviram provavelmente para a fixação de grupos da Tradição Itararé, antepassados dos indígenas Caingangues. Nestes locais foram encontrados restos de fogueiras, de alimentos e fragmentos cerâmicos. Tais achados demonstram que temos um passado indígena muito rico, porém, ainda são poucos os estudos dedicados a esse período.

A partir do início da colonização do Brasil, outros grupos humanos começaram a passar pela nossa região, com destaque para os brancos europeus. Há registros afirmando a presença desses exploradores na “região do Alegre” desde o início do século XVI[2]. Segundo Mercer e Mercer, por volta de 1532, Aleixo Garcia foi um dos primeiros europeus a conhecer a localidade. Anos mais tarde, em 1541, ocorreu uma segunda expedição: D. Alvar Nunez Cabeza de Vaca dirigiu-se aos Campos Gerais para reconhecer as terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha. Nesta época, dada a topografia local, nossa região já era conhecida e figurava uma importante via de comunicação para a colonização espanhola, permitindo o trânsito entre Paraguai, Guairá, Vila Rica e São Paulo.

Além desses e outros exploradores, os jesuítas espanhóis fixaram-se em território paranaense entre 1557 e 1577, fundando diversos aldeamentos indígenas, visando “civilizar” e evangelizar os nativos. Entre as reduções empreendidas, destaca-se Encarnación, localizada nos fundos da Fazenda Monte Alegre. Em relação à abrangência do movimento de catequização, em vinte anos foram aldeados mais de cem mil nativos, entre guaranis, caiuás e arés. No entanto, as iniciativas de colonização espanhola por meio das redu-

ções foram desmanteladas com as ações de bandeirantes, que buscavam nos aldeamentos indígenas já habituados ao trabalho nos moldes europeus, afim de captura-los e vendê-los como escravos.

Padres e aldeados das reduções que ainda não haviam sido invadidas fugiram pelo rio Paranapanema e Paraná - o que levou ao despovoamento temporário de nossa região (Mercer e Mercer, 1934). Cerca de 30 anos mais tarde, os caingangues, refugiando-se da expansão paulista, encontraram asilo em nossos campos. Desse período até o início do século XVIII, esses indígenas lutaram contra à ampliação dos domínios do homem branco. A resistência dos caingangues ao expansionismo colonizador custou muito sangue, principalmente indígena.

Um elemento que, desde os primórdios da exploração europeia, atraiu toda sorte de aventureiros e exploradores para a região foi sua fama relacionada à riqueza mineral. A presença de ouro na região é conhecida desde 1720 e o primeiro diamante foi encontrado em 1754. Desse período em diante, as notícias sobre metais preciosos no rio Tibagi atraíram muitas pessoas, contribuindo para o início do povoamento que mais tarde se tornaria o município de Tibagi – do qual Telêmaco Borba fez parte até 1964.

A origem de Tibagi, no sentido de uma localidade reconhecida pela Coroa Portuguesa[3], se deu a partir da concessão de sesmarias (grandes lotes de terras) àqueles que possibilitaram o “despontar da civilização” com o extermínio e expulsão dos caingangues de nossas terras. José Félix da Silva foi o bandeirante paulista responsável pela eliminação do elemento indígena na região. De acordo com os relatos, José Félix tornou-se Sargento-Mor e levantou muralhas ao redor de seus domínios, chamando-os de Fazenda Fortaleza. Como os indígenas frequentemente atacavam aquela área, José Félix e seu capitão do mato, Antonio Machado Ribeiro, organizaram uma milícia armada (formada por homens livres e, principalmente, por escravizados), a fim de aniquilar os indígenas que habitavam aquelas paragens. Foi assim que onde hoje é Harmonia – Telêmaco Borba ocorreu o combate da Mortandade, que levou ao genocídio dos indígenas locais. A “chacina do Tibagi” foi assim descrita por Fernandes (1974, p. 19-20):

“A tradição registra um espetáculo de crueldade sem par, na qual os selvagens foram encurralados num morrinho onde hoje é o Hospital e o Hotel Ikapê em Monte Alegre. Não foram respeitadas, nem mulheres, nem crianças. O sangue empapou a relva e correu em filetes para as águas do riozinho próximo. Os cadáveres ficaram amontoados e por muitos dias os corvos sobrevoavam os corpos insepultos. Desde então, o rio e toda a região passou a chamar-se Mortandade, nome que só foi mudado 150 anos depois.”

Como recompensa pelo assassinato indígena, a Coroa Portuguesa gratificou-o com muitas terras, entre quais estava a Fazenda Monte Alegre. José Félix destinou ao seu capitão do mato e ajuda-

dos campos do quadrante lapó-Tibagi, lugar onde já havia alguns ranchos de mineiros e mais tarde seria a sede do município de Tibagi. A posse de Antonio Machado Ribeiro foi registrada em 1794.

É importante ressaltar que as sesmarias de nossa região se desenvolveram sobretudo devido à contribuição da população negra, capturada no continente africano e submetida ao trabalho escravo ao chegar ao Brasil. Além da atuação nas fazendas e com o gado, por vezes também trabalhavam para seus senhores na exploração dos metais preciosos. Como consequência do desenvolvimento do capitalismo, ocorreu a abolição do trabalho escravo no país. Muitas famílias de africanos e afro-brasileiros permanecerem na região, e seguem contribuindo com seu trabalho para o progresso local.

O aumento da população na região de Tibagi foi também estimulado pela comercialização de animais entre Rio Grande do Sul e São Paulo. O movimento hoje conhecido como Tropeirismo era formado por comerciantes que vendiam, em especial, cavalos e mulas, mas também bois, porcos e outros produtos, para atender às demandas de Minas Gerais. Como o relevo do Rio Grande do Sul era propício para a criação de muare e cavaleiros, esses eram transportados por toda a região Sul do Brasil até serem vendidos nas feiras de Sorocaba e destas eram levados à região das minas – travessia que passava por nossa região. Segundo Mercer e Mercer (1934, p. 55), Tibagi

“pela sua posição geográfica, passou a ser o centro da gente direta e indiretamente ligada àquele comércio, dos aventureiros à cata dos minérios (ouro e diamantes) e das pessoas interessadas na penetração dos sertões tibatianos, em busca de terras e outras riquezas abundantes naquelas paragens. Assim foi o Povoado crescendo na construção de casas e em população.”

Outro surto de mineração ocorreu 1912, promovendo ainda mais o crescimento de Tibagi. Muitos garimpeiros e suas famílias vieram de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia, “atraídos pela tentadora notícia de grande mancha de diamantes graúdos e límpidos, encontrada na cachoeira do Barreirinho – hoje sob a ponte que liga as localidades de Telêmaco Borba e Harmonia, sede da grande fábrica de papel da firma Klabin” (MERCER, 1981, p. 03). Esses trabalhadores fixaram-se nas diferentes localidades de Tibagi, incluindo a Fazenda Monte Alegre, de onde saíam em busca de metais preciosos. Outra onda de migrantes chegou à região em 1916, quando da descoberta de novas minas de diamantes e também de carvão. Com o crescimento da população, os diversos distritos espalhados pelo vasto território de Tibagi foram se emancipando, tornando-se municípios independentes.

Embora a emancipação de Telêmaco Borba date de meados do século XX, o processo histórico que contribuiu para este fato é anterior. Após o falecimento do coronel José Félix da Silva, as terras correspondentes à Fazenda Monte Alegre foram sendo herdadas por familiares, até que, em 1926, o genro de seu neto entabulou um alto negócio envolvendo-as e as perdeu. Tratava-se de uma companhia colonizadora que iria investir na região. A Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre pretendia explorar as riquezas locais: além da construção de um ramal ferroviário que ligaria Monte Alegre à estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e da pretensão de colonizar o local com o assentamento de 5.000 famílias alemãs, visava a exploração mineral e vegetal, bem como o incentivo à agricultura. Entretanto, tal empreendimento não foi exitoso.

Para que fosse possível a concretização do projeto, partindo da avaliação das terras, os sócios fizeram especulações vultuosas na Europa e nas Américas. Além do capital estrangeiro, a Companhia conseguiu 4.000 contos no Banco do Estado do Paraná. Diante dos relatórios encorajadores enviados aos acionistas, estes investiram grandes somas para a realização do empreendimento. Todavia, os gastos elevados com os estudos para a exploração local e os salários pagos aos técnicos foram maiores que o capital inicial. Assim, em 1931, um dos credores requereu a 1ª falência. Apesar da Companhia ter escapado do primeiro requerimento, o segundo, em 1932, foi solicitado pelo Banco do Estado do Paraná[4].

Como a única coisa de valor a oferecer para quitar as dívidas eram as próprias terras, a massa falida foi à leilão em 1933, sendo arrematada por 4.000 contos pelo próprio Banco. Como os estudos realizados pela Companhia afirmavam grande riqueza vegetal, apontando para a possibilidade de construção de uma fábrica de papel e celulose na região, a Fazenda Monte Alegre foi oferecida pelo interventor Manuel Ribas aos industriais da família Klabin – que já eram conhecidos por atuar neste ramo. A escritura de promessa de compra e venda foi assinada em 1934 e em 1941 a de compra definitiva. Deste período até o pleno funcionamento da indústria, em 1947, diversas foram as relações políticas e sociais que permitiram a concretização do empreendimento.

Quando do início do projeto, havia cerca de 200 pessoas que moravam em Monte Alegre, descendentes de Pedro Ferreira Prestes (também conhecido como Pedro Lagoa), remanescente do processo de colonização. Por se tratar de uma localidade pouco desenvolvida, em comparação aos grandes centros da época, a construção de uma fábrica no interior do Paraná, próxima à matéria-prima, requisitou o desenvolvimento de toda uma infraestrutura para receber os trabalhadores e suas famílias e para garantir a produção industrial. Isso, de fato, só foi possível mediante a união de interesses privados e públicos – afinal, o presidente Getúlio Vargas foi um grande entusiasta do projeto, já que o empreendimento atendia às políticas de substituição de importações e de desenvolvimento do interior do Brasil[5].

A alternativa encontrada para a viabilização de uma fábrica de papel e celulose no interior do Paraná foi a construção de uma cidade-empresa, ou seja, uma espécie de “minicidade”, onde “um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, edifícios de pequeno comércio, escola, hospital e áreas de lazer pertencem a uma companhia e onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano ‘fechado’” (PIQUET, 1998, p. 04). As estratégias de controle adotadas nesse tipo de empreendimento perpassavam também pela manutenção da mão de obra afeita ao trabalho. A oferta de casas, serviços de saúde e assistência social, lazer e entretenimento, para citar alguns exemplos, constituíam fortes atrativos aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, os equipamentos vinculados à moradia, como o uso da água e da energia elétrica, eram objetos de pressão.

Seguindo as concepções que pautam as cidades empresas, foi construído na Fazenda Monte Alegre o bairro residencial da fábrica, formado pelas vilas Harmonia, Caiubi e Operária. O responsável escolhido pelo Presidente Vargas pela execução do projeto foi Luiz Vieira, engenheiro-chefe que estendeu sua administração aos mais diversos aspectos da vida em Monte Alegre, incluindo a vida privada dos operários. A intervenção estatal e empresarial na organização social local atendida a uma questão fundamental: Monte Alegre havia sido concebida para ser um modelo à industrialização do país e assim precisava se configurar.

CONHECIMENTOS GERAIS

A possibilidade de uma vida melhor em Monte Alegre atraiu muitas pessoas. Em 1946, a população da Fazenda era de 4.104 habitantes; em 1950, já ultrapassava 12 mil habitantes. Com esse contingente populacional, a oferta de moradias aos funcionários tornou-se um problema para a empresa. Assim, após a consolidação da produção industrial, o plano de desativação (inerente aos projetos de cidades-empresa) optado pela Klabin envolveu a progressiva transferência dos operários para outra localidade. Nesse sentido, em 1952, Horácio Klabin, um dos diretores administrativos da Klabin, organizou um loteamento do lado oposto a fábrica em relação ao rio Tibagi, para a formação de um núcleo habitacional independente da empresa. Surgiu, então, “Cidade Nova”.

Logo após o início do loteamento, visando estimular a transferência dos trabalhadores de Monte Alegre para Cidade Nova, os lotes foram vendidos em prestações acessíveis aos trabalhadores e Klabin doou as casas em madeira habitadas por seus operários e famílias para serem desmontadas e montadas no novo endereço. Nesse mesmo intuito, ocorreu também a construção da ponte de concreto sobre o rio Tibagi e o bonde aéreo.

Desse período em diante, Cidade Nova só cresceu. O aumento da cidade contribuiu para o desejo de independência local. Diversas foram as ações visando a emancipação da localidade, até o momento em que interesses políticos contribuíram para a emancipação local:

“Com uma rápida tramitação na Assembleia Legislativa do Estado, foi aprovado um projeto de lei que criava 59 novos municípios no Paraná. Esse projeto transformou-se, com a sanção do Governador Moysés Lupion, na Lei n. 4.245 de 25 de julho de 1960 que criava, entre os 59 municípios referidos, o Município de Cidade Nova. (CARVALHO, 2006, p. 121).”

Por se tratar de um estratagema político, a criação do município era uma forma de manter o domínio do grupo que se aliava aos interesses da oposição local. Assim, após as eleições de 1960, que elegeu Ney Aminthas de Barros Braga, em 31 de dezembro de 1960, a Assembleia Legislativa do Estado promulgou a Lei n. 26/60, que extinguiu o município de Cidade Nova.

As discussões políticas em torno da elevação de Monte Alegre e Cidade Nova à município independente de Tibagi seguiram. Em 5 de julho de 1963, foi sancionada a Lei n. 5.738, criando o município de Telêmaco Borba. O nome escolhido gerou controvérsias, já que a escolha se deu por influência então Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Deputado Guataçara Borba Carneiro, neto do coronel tibagiano Telêmaco Augusto Enéias Morosini Borba – contrariando aqueles que preferiam o nome da cidade atrelado à indústria[6].

As primeiras eleições do agora município de Telêmaco Borba foram realizadas em 1º de março de 1964, elegendo Péricles Pacheco da Silva como prefeito e mais 9 vereadores – entre eles, uma mulher eleita e outra suplente (Zélia de Lourdes Almeida Battezzati e Eloah Martins Quadrado, respectivamente). A instalação oficial do município de Telêmaco Borba ocorreu em 21 de março de 1964, data em que os governantes tomaram posse de seus mandatos.

O município seguiu crescendo e se desenvolvendo. Por essa razão, em 1966 foi criado o distrito de Imbaú, elevado à categoria de município pela lei estadual n. 11.220, de 8 de dezembro de 1995.

DADOS DO IBGE

POPULAÇÃO

População estimada [2021]	80.588 pessoas
População no último censo [2010]	69.872 pessoas
Densidade demográfica [2010]	50,53 hab/km ²

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2020, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 6 de 399 e 69 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 135 de 5570 e 649 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 140 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 3590 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	3,0 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	22.251 pessoas
População ocupada [2020]	27,9 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	34,9 %

EDUCAÇÃO

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98,4 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	6,1
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,3
Matrículas no ensino fundamental [2021]	10.038 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	2.752 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	514 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	267 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	45 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	15 escolas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Guarda Municipal (Feminino e Masculino)

CONHECIMENTO E PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DE LOGRADOUROS E INSTALAÇÕES PÚBLICAS, AÇÕES DE DEFESA CIVIL, PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA E A ORDEM EM PRÉDIOS PÚBLICOS, PROTEÇÃO AMBIENTAL, APLICAÇÃO DE NORMAS DE SAÚDE, SOSSEGO, HIGIENE, FUNCIONALIDADE, ESTÉTICA E MORALIDADE

Proteção ao Patrimônio Público

Tem como foco a proteção dos bens públicos, sendo realizada em todo o município através do sistema de rondas periódicas. Naqueles considerados vulneráveis ou prioritários há o policiamento com efetivo fixo.

O Objetivo do programa é erradicar as ocorrências de danos e violências no patrimônio público.

Do domínio público

É noção mais abrangente que propriedade, pois aí se incluem os bens que não são do Poder Público.

É o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce sobre os bens do seu patrimônio (bens públicos), ou sobre os bens do patrimônio privado – bens particulares de interesse público – ou sobre as coisas inapropriáveis individualmente, mas de fruição geral da coletividade – res nullius. Neste sentido amplo e genérico o domínio público abrange não só os bens das pessoas jurídicas de Direito Público interno como as demais coisas que, por sua utilidade coletiva, merecem a proteção do Poder Público, tais como as águas, as jazidas, as florestas, a fauna, o espaço aéreo e as que interessam ao patrimônio histórico e artístico nacional.

De um lado, um poder político, superior a tudo, chamado domínio eminente, que autoriza as limitações impostas pelo Estado ao exercício de direitos em todo território nacional, e, de outro lado, um poder sobre os bens de que é proprietário ou simples administrador, conhecido como domínio patrimonial, exercido sobre os bens públicos.

São poderes de soberania e em direitos de propriedade. Aqueles se exercem sobre todas as coisas de interesse público, sob a forma de domínio eminente; estes só incidem sobre os bens pertencentes às entidades públicas, sob a forma de domínio patrimonial.

O domínio eminente não constitui um direito de propriedade; é o poder que o Estado exerce potencialmente sobre as pessoas e os bens que se encontram no seu território.

Esse poder não admite restrições; contudo, o absoluto dessa potestas está condicionado à ordem jurídico-constitucional e aos princípios, direitos e garantias da Lei Fundamental.

O domínio eminente é um poder sujeito ao direito; não é um poder arbitrário.

Em nome do domínio eminente é que são estabelecidas as limitações ao uso da propriedade privada, as servidões administrativas, a desapropriação, as medidas de polícia e o regime jurídico especial de certos bens particulares de interesse público.

Esse poder superior (eminente) que o Estado mantém sobre todas as coisas existentes em seu território não se confunde com o direito de propriedade que o mesmo Estado exerce sobre as coisas que lhe pertencem, por aquisição civil ou administrativa. Aquele é um domínio geral e potencial sobre bens alheios; este é um domínio específico e efetivo sobre bens próprios do Estado, o que o caracteriza como um domínio patrimonial, no sentido de incidir sobre os bens que lhe pertencem.

O domínio patrimonial do Estado sobre seus bens é direito de propriedade, mas direito de propriedade pública, sujeito a um regime administrativo especial.

A esse regime subordinam-se todos os bens das pessoas administrativas, assim considerados bens públicos e, como tais, regidos pelo Direito Público, embora supletivamente se lhes apliquem algumas regras da propriedade privada. Mas advirta-se que as normas civis não regem o domínio público; suprem, apenas, as omissões das leis administrativas.

O patrimônio público é formado por bens de toda natureza e espécie que tenham interesse para a Administração e para a comunidade administrada. Esses bens recebem conceituação, classificação e destinação legal para sua correta administração, utilização e alienação, como veremos no decorrer deste item, em que, a final, trataremos da aquisição de bens que passarão a integrar o patrimônio público.

Dos bens públicos

É o conjunto de coisas corpóreas e incorpóreas, móveis, imóveis e semoventes de que o Estado se vale para poder atingir as suas finalidades.

São os bens necessários à Administração Pública para o atingimento dos fins coletivos de propiciar o bem estar e a satisfação dos habitantes de seu território. São os bens do domínio público – res quorum commercium non sit, res publicæ ou loca publica, federais, estaduais, distritais ou municipais, conforme a entidade política a que pertença ou o serviço autárquico, fundacional ou paraestatal a que se vinculem.

Não são somente as coisas que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, ou seja, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias, mas também aquelas coisas que, embora não pertencendo a essas pessoas, estão destinadas a prestação de serviço público.

São todas as coisas, móveis e imóveis, direitos e ações de que sejam titulares os entes públicos, mesmo não se destinando à utilização pelo público. Seu estudo corresponde ao direito administrativo das coisas.

Genericamente, é toda espécie de bens, sob o domínio do Estado. Porém cabe especificar, conceituando da seguinte forma são todas as coisas corpóreas, incorpóreas, imóveis, móveis, semoventes, créditos, direitos e ações, que pertençam a qualquer título às entidades estatais, autárquicas, fundacionais de Direito Público. Formam o patrimônio público e se submetem ao regime de direito público.

Em sentido estrito poderia-se incluir os bens das entidades não-públicas que desempenham serviço público, ou integram a Administração Pública indireta, no entanto, os bens das entidades paraestatais não se encaixam na categoria de públicos, por não se imputar-lhes o essencial do regime jurídico dos bens públicos, isto é, inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade.

A soberania territorial do Estado está bastante ligada à relação bem público – domínio do Estado, no entanto, necessário se faz dizer que no Estado Democrático de Direito, o Estado cumpre, por meio de suas funções, as competências que lhe são constitucionalmente atribuídas, não tendo, por isso, um “domínio” irrestrito sobre todos os bens.

Bem Público é aquele que por determinação legal ou por sua própria natureza, pode ser utilizado por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração.

Outros bens há, contudo, sobre os quais o Estado exerce um domínio eminente, ainda que sendo eles da propriedade privada, simplesmente pelo fato de estarem em seu território e suscitarem interesse público. Aí, a expressão de sua soberania, a manifestação do *summa potestas* – a qualidade que tem o poder de ser supremo dentro dos limites de sua ação.

O Código Civil os reparte inicialmente em públicos e particulares, esclarecendo que são públicos os do domínio nacional, pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios, e, por exclusão, declara que são particulares todos os outros, seja qual for a pessoa a que pertencerem – art. 98 e ss.. São bens públicos os que, originariamente integrando o patrimônio nacional, os bens transferidos a autarquias e fundações públicas.

Então, ainda que pertencentes a um ente público, estão franqueados para uso e fruição de todos, normalmente, sem restrições ou ônus (não desfigura sua natureza se a Administração condiciona tal a requisitos peculiares, estabelecendo condição de uso ou o pagamento da retribuição admitida no art. 103 do Código Civil).

Já aos bens das entidades paraestatais – empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços autônomos etc. – são bens públicos com destinação especial e administração particular das instituições a que foram transferidos para consecução dos fins estatutários.

A despeito de serem bens públicos, dada sua destinação especial a organizações de personalidade privada e sua administração em moldes particulares, os bens das entidades paraestatais prestam-se a oneração como garantia real e sujeitam-se a penhora por dívidas da entidade, como, também, podem ser alienados na forma estatutária, independentemente de lei. No mais, regem-se pelas normas do Direito Público, inclusive quanto à imprescritibilidade por usucapião, uma vez que, se desviados dos fins especiais a que foram destinados, retornam à sua condição originária do patrimônio de que se destacaram.

Da classificação

A Constituição Federal, em seus arts. 20 e 26, enumeram os bens da União e os bens dos Estados, mencionando também são as terras devolutas, aquelas que são do Estado, mas sem destinação de uso comum, uso especial, ou uso dominial.

Pelo Código Civil, os bens podem ser de uso comum do povo (uso indistinto das pessoas, como praças, ruas, estradas etc), de uso especial (possuem destinação a local de prestação de serviço público) e dominiais ou dominiais (Estado é proprietário, como se fosse um particular). A afetação de um bem ao uso comum é a destinação que se lhe atribui, ou por ser de sua natureza, ou por lei, ou ato administrativo, ao uso comum do povo. A desafetação ocorre quando do trespasso do bem ao uso especial, ou dominial, por meio de lei.

Podem ser federais, estaduais ou municipais, conforme a entidade política a que pertençam ou o serviço autárquico, fundacional ou paraestatal a que se vinculem.

Todos os bens públicos são bens nacionais, por integrantes do patrimônio da Nação, na sua unicidade estatal, mas, embora politicamente componham o acervo nacional, civil e administrativamente pertencem a cada uma das entidades públicas que os adquiriram.

Segundo a destinação os bens públicos em três categorias:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II – os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III – os dominiais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único – não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominiais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Todos os bens vinculados ao Poder Público por relações de domínio ou de serviço ficam sujeitos à sua administração. Daí o dizer-se que uns são bens do domínio público, e outros, bens do patrimônio administrativo. Com mais rigor técnico, tais bens são reclassificados, para efeitos administrativos em:

·bens do domínio público (os da primeira categoria: de uso comum do povo);

·bens patrimoniais indisponíveis (os da segunda categoria: de uso especial);

·bens patrimoniais disponíveis (os da terceira e última categoria: dominiais), segundo se lê no Regulamento da Contabilidade Pública.

Bens de uso comum ou bens do domínio público

São os de uso indistinto das pessoas, como os rios, mares, praias, estradas, ruas e praças

Enfim, todos os locais abertos à utilização pública adquirem esse caráter de comunidade, de uso coletivo, de fruição própria do povo. Sob esse aspecto pode o domínio público definir-se como a forma mais completa da participação de um bem na atividade de administração pública.

Bens de uso especial ou bens do patrimônio indisponível

São os que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos e, por isso mesmo, são considerados instrumentos desses serviços. Não integram propriamente a Administração, mas constituem o aparelhamento administrativo, tais como os edifícios das repartições públicas, os terrenos aplicados aos serviços públicos, os veículos da Administração, os matadouros, os mercados e outras serventias que o Estado põe à disposição do público, mas com destinação especial.

Bens dominiais ou bens dominiais ou bens do patrimônio fiscal ou bens do patrimônio disponível

São aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim o desejar. Daí por que recebem também a denominação de bens patrimoniais disponíveis ou de bens do patrimônio fiscal. Tais bens integram o patrimônio do Estado como objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce poderes de proprietário, segundo os preceitos de direitos constitucional e administrativo.

Todas as entidades públicas podem ter bens patrimoniais disponíveis, isto é, bens não destinados ao povo em geral, nem empregados no serviço público, os quais permanecem à disposição da Administração para qualquer uso ou alienação, na forma que a lei autorizar.

Serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, estética e moralidade

A extensão do poder é hoje muito ampla, abrangendo desde a proteção à moral e aos bons costumes, a preservação da saúde pública, o controle de publicações, a segurança das construções e dos transportes, até a segurança nacional em particular.

Daí encontrarmos nos Estados modernos a Polícia Sanitária, das construções, das águas, da atmosfera, florestal, de trânsito, dos meios de comunicação e divulgação, das profissões, ambiental, a polícia da economia popular e tantas outras que atuam sobre atividades que afetam ou possam afetar os superiores interesses da coletividade a que incumbe ao Estado velar e proteger. Onde houver interesse da coletividade ou do próprio Estado, haverá correlativamente igual poder de polícia administrativa para a proteção desses interesses. É a regra sem exceção. Para um melhor entendimento, como exemplo, podemos citar a fiscalização sanitária, onde a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde procura proteger o interesse público quanto à higiene, fazendo fiscalizações em estabelecimentos diversos, visando a higiene, conservação de produtos alimentícios etc., em defesa da saúde pública, imputando, inclusive, penalidades para os que apresentarem irregularidades, chegando ao fechamento do estabelecimento até a normalização das condições ideais de funcionamento. Esta atitude nada mais é que o exercício do poder de polícia por um órgão específico, numa área de sua competência funcional.

É importante frisar que essa competência é cabível apenas àquele órgão, sendo que somente através dele é possível a aplicação de tais sanções. A partir desse exemplo nota os que o município, por sua vez, necessita do poder de polícia para atender a assuntos que são de sua competência em benefício da população. É o caso das Guardas Municipais, onde a Constituição Federal, em seu artigo 144, § 8º, lhe dá o poder de polícia para a proteção de bens serviços e instalações municipais. Está claro então, o limite de nossa competência funcional, ou seja, nosso poder de polícia, onde a proteção do patrimônio, e dos serviços municipais são em geral nossas missões precípuas.

A guarda municipal diante das normas em vigor, ganhou por merecimento o status de Polícia Municipal, a fim de zelar com apreço e profissionalismo pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município, prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais, colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social, colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas, exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos do Código de Trânsito Nacional, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal, proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas

educativas e preventivas, cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades, interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades, estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas, articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município, integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

Devem os aguerridos profissionais da Polícia Municipal garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando depararem-se com elas, encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime; quando possível e sempre que necessário, contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal; por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte, desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal; auxiliar na segurança de grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e na proteção de autoridades e dignatários e atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo docente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Ela também é competente para estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas. Pode também articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município.

Finalmente também é competente para integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

Em relação às competências de trânsito, ela exercer as que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal. O Município pode constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Dentre do campo de estudos e ações preventivas, a Guarda Municipal tem competência para contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte. É competente também para desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal.

Segundo o Estatuto Geral da Guarda Municipal e o Estatuto da guarda municipal de Arapongas, tudo o que foi mencionado é dever do guarda civil municipal, mantendo a ordem, o sossego, a higiene, a funcionalidade e preservando o ambiente de forma que se cumpra os citados Estatutos.

Conceitos

Segurança pública: É a garantia que o Estado (União, Unidades Federativas e Municípios) proporciona à Nação, a fim de assegurar a Ordem pública contra a violação de toda espécie, desde que não contenham conotações ideológicas.